

**COMUNICADO CNG ANDES-SN Nº 25**  
**22 a 27 de julho de 2012 (versão atualizada em 30/07/2012)**

Sumário

Assunto	Pag.
1.1 Informes Gerais do CNG	1-2
1.2 Encaminhamentos	2-3
1.2.1 Encaminhamentos da Semana de 30.07/2012 a 03/08/2012	2-3
1.3 Informes dos CLG	3-10
2. Anexos	10-18
2.1 Informativo Especial	10-14
2.2 Listas de presença	15-17
2.1.1 Lista de Presença do Dia 23/07/2012	15
2.1.2 Lista de Presença do Dia 25/07/2012	15-16
2.1.3 Lista de Presença do Dia 26/07/2012	16-17
2.1.4 Lista de Presença do Dia 27/07/2012	17
2.2 Moções de Apoio	18
2.2.1 Moção de Apoio da AFUTU	18

## 1.1 Informes Gerais do CNG

### Comunicado Especial do CNG de 23/07/2012

Publicado em 23/07/2012 Comunicado Especial do CNG ANDES-SN divulgando o documento entregue ao governo com o posicionamento do CNG – ANDES-SN em resposta à proposta apresentada pelo governo em 13 de julho de 2012.

### CNG Informa de 23/07/2012

Publicado em 23/07/2012 o texto com o título “A unanimidade das assembleias em recusar a proposta, faz o governo se movimentar”.

### CNG Informa de 25/07/2012

Sob o título “Governo apresenta mais do mesmo: desestruturação da carreira” o CNG Informa de 25/07/2012 dá ciência ao movimento da proposta apresentada pelo governo na reunião de 24/07/2012.

### Comunicado Especial de 26/07/2012 (análise preliminar da proposta do governo)

Publicada em 26/07/2012 pelo CNG ANDES-SN uma análise preliminar dos “aspectos conceituais da proposta de reestruturação das carreiras docentes” e tabelas (diferenças entre as duas propostas apresentadas pelo governo).

### Comunicado Especial de 26/07/2012 (análise política)

Publicada em 26/07/2012 pelo CNG ANDES-SN uma avaliação política da proposta do governo com o título “Proposta do governo não dialoga com nossa pauta: Fortalecer a greve na base”.

## Falecimento do Prof. Cristiano Matias Neto (UFPI)

O CNG ANDES-SN aprovou uma nota de pesar pelo falecimento do Professor Cristiano Matias Neto, da Universidade Federal do Piauí, ocorrida em 24/07/2012. O Professor Cristiano foi ex-Diretor da ADUFPI-SSind e do ANDES-SN.

### 1.2 Encaminhamentos

#### 1.2.1 Encaminhamentos da semana de 30/07/2012 a 03.08/2012

Considerando o momento atual de nossa luta e a intensificação do enfrentamento com o governo, o CNG indica que os CLG desenvolvam as atividades que seguem com destaque e prioridade previstas para os dias 31/07/2012 (Dia Nacional de Luta e Apoio a Greve dos SPF, promovido pelas Centrais Sindicais - **CSP- CONLUTAS, CUT e CTB** - em conjunto com entidades do **Fórum de Luta dos SPF**) e 01/08/2012, quando ocorrerá a reunião de negociação com o governo:

#### a) Enfrentamento ao governo e sua política:

1) denunciar o conteúdo da proposta do governo e fazer a crítica com referência nos parâmetros do Andes-SN sobre os temas (**Anexo 2.1**):

- a) governo ignora aposentados;
  - b) governo ignora plano de carreira;
  - c) governo ignora precariedade das instalações das IFE;
  - d) governo reforça na sua proposta os aspectos de hierarquização e verticalização da carreira na lógica de que os critérios e regulamentações serão definidos posteriormente por grupos de trabalhos (GT);
  - e) governo reafirma seu descaso com a educação pública, professores, estudantes, técnico-administrativos;
  - f) denunciar a maquiagem pseudo-contábil dos reajustes e índices;
- 2) dar mais visibilidade à situação das condições de trabalhos nas IFE para expor o descompromisso do governo (Dilma/Mercadante) com a educação pública federal.

#### b) Greve na mídia:

- 1 – intensificar o uso de novas mídias para se contrapor ao discurso predominante das mídias empresariais, em especial à peça publicitária do governo frente a greve;
- 2 – viabilizar espaços, pagos ou não, em TV, rádios e jornais para denunciar as condições de trabalhos nas IFE. Priorizar o uso de rádios e TVs universitárias;
- 3 - solicitar à professores e jornalistas que possuam espaço na mídia (colunas, opinião) para divulgar a greve;
- 4 - viabilizar coletivas de imprensa para dar visibilidade ao processo de negociação e às posições do movimento.

#### c) Atividades:

- 1- dia 31/07 - Participar das atividades organizadas unificadamente nos estados para marcar o apoio a luta dos SPF;
- 2- dia 01/08 – Organizar o **LUAU DA GREVE** nos prédios das reitorias, ou outros prédios estratégicos nas instituições, a partir das 21h, em caráter de vigília, buscando, dentre outras, as seguintes ações: a) cobrir, integral ou parcialmente, os prédios escolhidos com faixa preta registrando: “**Professores federais em greve**”; b) utilizar,

na medida do possível, o vídeo que traz a fala da presidenta Dilma defendendo o aumento do salário dos professores, na campanha para presidência da república.

3 – realizar a massificação de correios eletrônicos dirigidos à Presidenta Dilma pelo atendimento das reivindicações dos professores (**ver Anexo 2.1**);

4 - Contatar as bancadas de senadores e deputados federais, de seus estados, solicitando intervenção para o atendimento das reivindicações.

### **1.3. Informes dos CLG**

#### **UFPI**

Na AG realizada na tarde de 26/07/2012 foi apresentada e analisada a proposta do governo. Após ampla discussão foram aprovadas, por unanimidade, em todos os campi, as seguintes deliberações: 1) rejeitar a proposta do Governo pelas razões por demais conhecidas por todos nós, uma vez que não atende na forma, nem no conteúdo; 2) reafirmar que a negociação tenha como base a proposta da categoria protocolizada pelo ANDES-SN, junto às instâncias do governo federal; 3) reafirmar que o ANDES-SN é o representante legítimo da categoria docente das IFE nas negociações com o governo; 4) manter, intensificar a greve; 5) reduzir os prazos da implantação da repercussão financeira da reestruturação da carreira; 6) distribuir de modo equânime os recursos com correção de distorções; 7) rejeitar o uso do GT como instrumento de regulamentação da carreira e que qualquer acordo seja feito mediante projeto de Lei. A AG também reafirmou a necessidade desse CNG nos enviar, com urgência, toda a documentação que disponha sobre direito de greve, tendo em vista que a conjuntura sinaliza para uma greve longa e com possibilidade de maiores percalços.

#### **URRJ**

AG realizada em 25/07/2012: 1) Rejeição da proposta do governo de 24/07/2012; 2) que o CNG ANDES e SINASEFE produzam um documento caracterizando a direção do Proifes como um braço político do governo e não como representante da categoria; 3) articulação entre o ANDES-SN e o SINASEFE para que, na próxima mesa de negociação, apresentem uma proposta única das duas entidades; 4) indicar ao CNG ANDES-SN a intensificação do movimento com ações mais radicais (dia de lutas); 5) produção de um documento que vai seguir ao CNG ANDES-SN junto com a rejeição da proposta, abordando: posição do MEC alegando desconhecimento da pauta “condições de trabalho”; alteração do orçamento de 3,9 para 4,3 bilhões; negar no documento qualquer possibilidade de flexibilização da carreira docente; 6) texto para a imprensa: nota conjunta das ADs do Rio na forma de matéria paga, pautando os pontos rejeitados pelo movimento docente para ser avaliado no comando regional de greve, e, caso aprovado naquela instância, com valor rateado entre as ADs; 7) texto para a imprensa: a ser escrito por colegas (acadêmicos) com acesso a mídia impressa cuja avaliação de contatos pode ser feita no comando regional de greve, para que a matéria possa ser veiculada como coluna de jornal, sem custo para as ADs.

#### **UFRA**

AG realizada em 26/07/2012 deliberou, por unanimidade, rejeitar a referida proposta, bem como reafirmar a pauta do Andes-SN e pela continuação da Greve.

### **UFU**

AG realizada em 25/07/2012 deliberou: 1) Rejeição da proposta do governo (aprovado pela maioria com 01 abstenção). 2) Que a proposta protocolada pelo ANDES-SN seja a referência para negociação com o Governo (aprovado pela maioria com 1 abstenção). Essa proposta teve os desdobramentos abaixo, que também deverão ser enviados ao CNG/ANDES: 2.1) Que o acordo entre o Governo e o Andes-SN contenha, relativamente à questão salarial, os seguintes elementos para a reestruturação da carreira e respectiva malha salarial: a) a partir de maio de 2012, o piso salarial remuneratório (nível 1, graduação, regime de 20h semanais) seja o novo VB (GEMAS + VB anterior + 4%) reajustado em 40%. Em maio de 2013 e maio de 2014, serão aplicados, para fins de reajustes, os respectivos ICV do DIEESE (aprovado pela maioria com 1 voto contrário e 7 abstenções). b) Os degraus entre níveis (1 a 13) sejam todos de 3% a partir de maio de 2012, 4% a partir de maio de 2013 e 5% a partir de maio de 2014 (aprovado pela maioria com 1 voto contrário e 7 abstenções). 2.2) Que o CNG se posicione imediatamente, se possível hoje, com publicação de matéria em veículo de circulação nacional, desconstruindo a fala do governo, demonstrando: a) Que é falaciosa a afirmação que todos os doutores terão reajuste salarial de 45%. b) Que o PROIFES não representa 90% dos docentes em greve. c) Que nos grevistas, não estamos sendo intransigentes. d) Que a proposta de reajuste se refere a um período superior de 5 anos e não 3 anos como o governo afirma e que não se aplica imediatamente. Por essa proposta, em 2012 o reajuste será zero (aprovado pela maioria com 1 voto contrário). 2.3) Que o ANDES-SN exija a presença da FASUBRA nas mesas de negociação (aprovado pela maioria com 11 abstenções). 2.4) Sobre a posição da Associação de Pais e Mestres da Escola de Educação Básica da UFU em relação a greve na Escola de Educação Básica, que o CLG redija documento esclarecendo à sociedade sobre a nossa greve mostrando como a fala do governo veiculado pela mídia é falaciosa. Esclarecer que nossa greve é pela defesa pela qualidade da educação (aprovado pela maioria, com 1 voto contrário e 2 abstenções). 2.5) Que o CLG marque uma audiência com Reitor solicitando esclarecimento sobre a sua posição em relação a nossa greve tendo em vista seu pronunciamento externando concordância com a concepção do governo tornada pública pelo Ministro Mercadante, qual seja, a de que quem se dedica a Universidade são os professores doutores. Nessa mesma reunião, que ele se posicione sobre a deliberação de AG sobre a suspensão do 2º semestre letivo (aprovado pela maioria). 2.6) Que o ANDES-SN elabore estudo sobre a repercussão financeira da nossa proposta protocolada (aprovado pela maioria, com 1 voto contrário e 2 abstenções). 2.7) Convidar professores a fazer a parte da comunidade do ANDES-SN no Facebook para que, lá, se possam definir estratégias de comunicação que anulem as tentativas do governo junto à TV e outros meios de fazer parecer que a proposta do governo é boa e que somos intransigentes. É preciso usar o boca a boca da internet para dar esses esclarecimentos à população – a mesa entendeu que não há necessidade de votação para esse encaminhamento por se tratar de uma ação dirigida a cada docente.

### **UFERSA**

Em AG realizada no dia 26/07/20 os docentes da UFERSA decidiram por unanimidade REJEITAR a “nova” proposta do governo. Foi deliberado que o CNG/ANDES deve apresentar uma contra proposta ao governo. E não apenas uma carta, nessa contraproposta deverá prevalecer a estrutura de carreira sugerida pelo ANDES e aprovada no 31º Congresso do ANDES/SN. Sugere-se uma flexibilização do salário base no sentido de adequação orçamentária e que haja um compromisso de revisão

deste salário base ano a ano. Não aceitamos a criação de GTs, pois não se acredita no resultado. Se houver um GT que seja durante o período de greve. O CLG dia 27 de julho irá se reunir na tentativa de discutir uma contraproposta que possa ser apresentada ao governo.

### UFMT

Em AG realizada em 25/07/2012 os docentes: a) rejeitaram, por unanimidade, a “nova” proposta do governo, apresentada no dia 24 de julho, que pouco mudou em relação à primeira, proposta pelo governo federal no dia 13 de julho. A “nova” proposta foi rejeitada pelos docentes da UFTM por não atender a reivindicação de reestruturação da carreira docente e também não contemplar os itens da pauta nacional, como a melhoria das condições de trabalho, além de continuar consolidando o produtivismo e a competitividade nas universidades e estimular um “novo” padrão de IES, que prioriza somente a formação imediata da força de trabalho e favorecer processos de privatização. b) Por unanimidade, aprovaram a manutenção da greve e o desenvolvimento de ações para intensificar a mobilização. c) Aprovaram também, por unanimidade: (i) elaborar de uma cartilha, direcionada à comunidade, esclarecendo sobre os motivos dos docentes continuarem em greve e esclarecendo que a pauta nacional é mais ampla, não é só salarial e (ii) utilizar a Rádio e a TV Universitária de Uberaba para divulgar o movimento, esclarecer sobre a greve e desmascarar a proposta do governo; (iii) realizar dois atos unificados: um na BR 050, no dia 31 de julho e uma passeata até a Câmara Legislativa de Uberaba assim que terminar o recesso legislativo; (iv) produzir e divulgar um vídeo-aula explicativo com uma crítica reflexiva sobre a proposta de acordo do governo a ser divulgado em *facebook*, *youtube*, etc; (v) esclarecer sobre as reivindicações dos docentes em *outdoors* de Uberaba (será encaminhado na dependência de recursos financeiros); (vi) sugerir a divulgação de uma nota de repúdio, via ANDES-SN, à edição pelo governo do decreto 7777, de 24 de julho (contratação de substitutos para vagas dos grevistas); (vii) solicitar ao Legislativo Local espaço na Tribuna para expor sobre o andamento das negociações com o governo, com o objetivo de buscar apoio para que o governo atenda as reivindicações dos docentes das instituições federais de ensino.

### UFRJ

Em AG realizada em 26/07/2012, no ponto avaliação da nova proposta do governo, ela foi rejeitada por unanimidade, tendo sido, a seguir, deliberado pela continuidade da greve, com apenas uma abstenção. Foi também aprovada por unanimidade uma contraproposta como subsídio ao CNG, considerando a manutenção da estrutura da proposta de carreira do Andes-SN (percentuais de titulação e de relação entre os regimes de trabalho), o piso da nova proposta do governo (R\$ 2.018,77) e degraus de 4%, para vigência a partir de janeiro de 2013. Além disso, considerando a necessidade de dar maior respaldo político da categoria à contra proposta que será apresentada ao governo na próxima reunião em 01 de agosto, foi aprovada sugestão ao CNG para que indique a realização de nova rodada de AGE na próxima semana para referendo da proposta consolidada pelo Comando. Na parte de encaminhamentos foi ampliada a comissão de mobilização formada no CLG e propostas de atividades para as duas próximas semanas. A proposta do governo foi sintetizada no quadro seguinte:

ASPECTOS CONCEITUAIS DA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS  
CARREIRAS DE DOCENTES – APRESENTADA PELO GOVERNO EM 24/07/2012

TÓPICO		MS	EBTT
<b>ESTRUTURA DA CARREIRA</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Carreira do Magistério Superior</li> <li>2. Cargo Isolado de Professor Titular</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Carreira do Magistério do EBTT</li> <li>2. Cargo Isolado de Professor Titular</li> </ol>
<b>ESTRUTURA DE CLASSES</b>	<b>Cargo Isolado</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Professor Titular</li> <li>2. Classe e nível único</li> <li>3. Fixado em 5% do total de docentes efetivos na respectiva carreira em cada IFE</li> <li>4. Ingresso: Doutores - concurso público de prova e títulos; pessoas de notório saber.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Professor Titular</li> <li>2. Classe e nível único</li> <li>3. Ingresso: Doutores - concurso público de prova e títulos; pessoas de notório saber</li> </ol>
	<b>Cargo</b>	Auxiliar; Assistente; Adjunto; Associado e Titular	DI; DII; DIII; DIV e Titular
<b>DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA</b>	<b>Progressão</b>	<p><b>De um nível para outro</b> Poderá ocorrer exclusivamente por desempenho acadêmico e científico:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Interstício de 24 meses de efetivo exercício</li> <li>2. Avaliação de desempenho de acordo com diretrizes estabelecidas pelo MEC e normatização das IFE</li> </ol>	<p><b>De um nível para outro</b> Poderá ocorrer exclusivamente por desempenho acadêmico e científico:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Interstício de 24 meses de efetivo exercício</li> <li>2. Avaliação de desempenho de acordo com diretrizes estabelecidas pelo MEC e normatização das IFE</li> </ol>

<b>DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA</b>	<b>Promoção</b>	<p>De uma classe para outra Interstício de 24 meses Para as classes de Professor Assistente e Adjunto</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estar no último nível classe anterior</li> <li>2. Aprovação na avaliação desempenho – diretrizes do MEC e normatização do Colegiado Superior das IFE.</li> </ol> <p>Para a classe de Professor Associado</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estar no último nível classe anterior</li> <li>2. Possuir título de Doutor</li> <li>3. Aprovação na avaliação desempenho – diretrizes do MEC e normatização do Colegiado Superior das IFE.</li> </ol> <p>Para classe de Titular:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estar no último nível classe anterior</li> <li>2. Possuir título de Doutor</li> <li>3. Aprovação na avaliação desempenho conforme diretrizes estabelecidas em regulamento</li> <li>4. Lograr de aprovação de Memorial (atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante), ou defesa tese inédita.</li> </ol> <p>Avaliação processo promoção: comissão 75% membros externos</p> <p>Edição do ato de diretrizes: 180 dias, precedido de GT composto com entidades que firmarem acordo e ANDIFES.</p>	<p>De uma classe para outra Interstício de 24 meses Para as classes de Professor DII e DIII</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estar no último nível classe anterior</li> <li>2. Aprovação na avaliação desempenho – diretrizes do MEC e normatização do Colegiado Superior das IFE.</li> </ol> <p>Para a classe de DIV</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estar no último nível classe anterior</li> <li>2. Possuir título de Mestre ou Doutor</li> <li>3. Aprovação na avaliação desempenho – diretrizes do MEC e normatização do Colegiado Superior das IFE.</li> </ol> <p>Para classe de Titular:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estar no último nível classe anterior</li> <li>2. Possuir título de Doutor</li> <li>3. Aprovação na avaliação desempenho conforme diretrizes estabelecidas em regulamento</li> <li>4. Lograr de aprovação de Memorial (atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante), ou defesa tese inédita.</li> </ol> <p>Avaliação processo promoção: comissão 75% membros externos</p> <p>Edição do ato de diretrizes: 180 dias, precedido de GT composto com entidades que firmarem acordo e CONIF.</p>
--	-----------------	--	--

<b>PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO</b>	<p>Aceleração após estágio probatório</p> <p>Classe Auxiliar para nível 1</p> <p>Classe Assistente: Obtenção título de Mestre</p> <p>Classes Auxiliar e Assistente para nível 1 classe Adjunto: obtenção título de Doutor</p>	<p>Aceleração após estágio probatório</p> <p>Classe DI para nível 1 Classe DII: Obtenção título de Especialista</p> <p>Classes DI e DII para nível 1 classe DIII: obtenção título de Mestre ou Doutor</p>
<b>REPOSICIONAMENTO NA CLASSE DE PROFESSOR ASSOCIADO</b>	<p>Válido para professores doutores em efetivo exercício posicionados na classe Associado até 31/12/2012: 17 anos nível 2; 19 anos nível 3 e 21 anos nível 4.</p> <p>Reenquadramento dos aposentados: GT</p>	
<b>CCT – CERTIFICADO DE CONHECIMENTO TECNOLÓGICO</b>		<p>Recebimento de RT e equivalente aos títulos de: Especialista – CCT1, Mestre – CCT2 e Doutor – CCT3</p> <p>Conselho Permanente de Certificação:</p> <p>Estabelece procedimentos de certificação;</p> <p>Composição e competência estabelecida por MEC;</p> <p>Regulamentação precedida por comissão constituída por integrante de órgãos de pesquisa e fomento tecnológico e representante CONIF</p>
<b>REGULAMENTAÇÃO DO ART 120I 11.784/2008</b>		<p>Regulamentação da progressão com mesmo prazo do envio do PL, contemplando DI para DIII</p>
<b>BANCO DE PROFESSOR EQUIVALENTE</b>		<p>A criação do Banco de Equivalência para carreira será encaminhada.</p>
<b>REGIME DE TRABALHO</b>	40h DE, 40h e 20h	
<b>REMUNERAÇÃO</b>	VB + RT com valores definidos no anexo da lei	
<b>REENQUADRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS</b>	Referencia: situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que originou a pensão, observada as normas de aposentadoria e tabela de correlação anexa.	
<b>PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO</b>	GT: debate e criação de programas de Capacitação, tendo em vista os critérios de titulação exigidos para promoção	



**ASSUNTOS A  
SEREM  
TRATADOS  
POR GTs**

1. Diretrizes para avaliação desempenho
2. Critérios para promoção de classes
3. Critérios para promoção de professor titular, a serem estabelecidos em regulamento
4. Avaliação da demanda de reenquadramento dos professores da classe associado – aposentado
5. Critérios CCT
6. Critérios de transição para atuais professores titulares
7. Programa de capacitação
8. Critérios para fixação do professor em locais de difícil lotação
9. Critérios para concessão do auxílio transporte.

### UFS

AG realizada em 27/07/2012 deliberou aprovar por unanimidade os seguintes pontos: 1) Rejeição por unanimidade a Proposta do governo; 2) Exigir negociação com base em minuta em projeto de lei; 3) Solicitar que o GT Verbas explicita o impacto da proposta do ANDES; 4) Cobrar posição da Andifes em defesa da Autonomia das Universidades; 5) Forçar audiência com presidência da CAPES e CNPq pautando Atos nos órgãos; 6) Moção de Repúdio ao ministro da Educação Aloísio Mercadante pelo seu afastamento das negociações; 7) Moção de Repúdio a Chefe de do Departamento de Enfermagem e consulta jurídica sobre exorbitância do ato da chefia; 8) Foi aprovado com 2 votos contrários solicitar negociação diretamente com a presidente Dilma; 9) Foi aprovado o Calendário de atividades do CLG para a próxima semana iniciando com panfletagem hoje à tarde no calçadão da rua João Pessoa. Calendário da próxima semana: segunda-feira 30: 9 horas – reunião das comissões do CLG; 14 horas – Reunião do comando unificado (preparação para Ato de 31/07; terça-feira 31 – 7 h. Ato Unificado das entidades do serviço público Federal (Praça Gal. Valadão); quarta-feira 01/08: 8:30 h. Café da manhã/ esclarecimentos a mídia; 15 horas: Cine Greve; quinta-feira 02/08: 9 horas – Reunião do CLG; sexta-feira 03/08: Assembleia Geral Permanente.

### UFJF

A Assembleia Geral da APESJF entende que foi positiva a abertura de negociação; no entanto, recusa a proposta apresentada pelo governo e mantém a proposta do ANDES como a referência para a continuidade das negociações, destacando como parâmetros para a audiência do dia 1 de agosto os seguintes pontos: A proposta a ser apresentada ao governo deverá se pautar pelos princípios da carreira única do ANDES, reafirmando os seguintes princípios: elevação e antecipação da integralidade dos recursos em 2013 e 2014, que é quando se encerra o governo da presidente Dilma, de forma a buscar uma equalização nos steps; ingresso na carreira de acordo com a titulação, independentemente do estágio probatório; carreira organizada em 13 níveis, e que o desenvolvimento na carreira ocorra pela incidência equilibrada entre a experiência acadêmica, a formação continuada e a avaliação do trabalho docente no contexto da avaliação institucional, respeitada a autonomia universitária para definição de critérios; Isonomia e paridade entre ativos e aposentados; referenciado nos princípios de carreira única.

### UNIFAP

Reunidos em Assembleia Geral, no dia vinte e sete de julho do presente, na sala 01 do bloco B, na Universidade Federal do Amapá, os docentes da UNIFAP avaliaram e deliberaram sobre a proposta apresentada pelo governo no último dia 24 de julho de



## ***Comando Nacional de Greve***

2012 ao Comando Nacional de Greve. Posta em votação se os presentes iriam se posicionar favoráveis a proposta e por fim à greve, por unanimidade a proposta do governo não foi aceita e a greve deve continuar na UNIFAP. Após a votação, houve várias propostas de encaminhamentos de intensificação da greve. Primeiramente houve a idéia de um ato no dia primeiro de agosto, data em que será realizada nova reunião com o governo. Para esta proposta ficou acertado um movimento no portão principal da UNIFAP, a partir das 19:00 horas. A metodologia do ato será deliberada pelo Comando Local. Outra proposta foi de confeccionar um outdoor, com o intuito de dar visibilidade à greve. Esta proposta foi aceita, e formou-se uma comissão para executá-la. Também foi proposta e aceita por unanimidade que toda negociação feita pelo ANDES-SN só seja aceita para recebimentos de percentuais de aumento até março de 2014, e que seja distribuído em no máximo duas parcelas. Por último surgiu a idéia de enviar ao Comando Nacional do Andes-SN a proposta de produzir um vídeo, com esclarecimentos e intervenções sobre a greve para ser distribuídas para as seções sindicais e massificar também nas redes sociais, assim como no site do Andes-SN

## **2. Anexos**

### **2.1 Informativo Especial**

## Comando Nacional de Greve do ANDES-SN

### Governo reformula proposta, mas continua sem atender pauta da greve



A proposta do governo para negociação da carreira docente, diferente da apresentada pelo ANDES-SN, não está sob a forma de um Projeto de Lei para reestruturação de carreira, mas de tópicos autodenominados como "aspectos conceituais da proposta", acompanhado de algumas tabelas.

Na reunião do dia 24, o governo retrocedeu em alguns aspectos dos pontos apresentados na primeira proposta (em 13/7), como ao aumento do limite obrigatório de 8 para 12 horas

aulas semanais e retirada de alguns obstáculos para progressão.

No entanto, o governo mantém a essência da proposta inicial e novamente apenas uma reformulação da tabela salarial e remete para grupos de trabalho diversos pontos estruturais da carreira, que provocaram tensionamentos na negociação, como o reequadramento dos aposentados, os critérios para avaliação institucional e promoção entre classes – veja na página 04.

Na mesa de terça (24/7), ficou evidente que os representantes do executivo

mais uma vez desconsideraram os argumentos do ANDES-SN e apresentaram parâmetros que consolidam a desestruturação e o caráter produtivista da atual carreira dos professores federais.

Além disso, não responde em nenhum momento como pretende atender ao segundo ponto prioritário da pauta da greve: melhoria nas condições de trabalho e estudo.

Joga também essa questão para ser discutida num GT, que será formado após a assinatura do acordo.



## Diferenças na proposta de

### CARGOS

**ANDES-SN:** Carreira única e cargo único de professor federal

**Governo:** Mantém a posição de 4 cargos: cargo do magistério MS, cargo isolado de professor titular MS, cargo do magistério EBTT, cargo isolado de professor titular EBTT.

**Crítica:** O governo insiste em manter duas carreiras (MS e Ebt), para atividade da mesma natureza – Professor Federal. A primeira proposta previa o fim do cargo isolado de titular, mas limitava o acesso à 20% dos docentes de cada instituição. Agora, volta a dividir os cargos das carreiras, cria duas figuras de titular com acesso e características distintas e remete a discussão das ambigüidades e de critérios de transição para um GT.

### ESTRUTURA DA CARREIRA

**ANDES-SN:** Estrutura organizada somente em treze níveis, com "step" constante de 5%;

**Governo:** Mantém na estrutura a hierarquização vertical em classes e níveis, totalizando 13 níveis.

**Crítica:** Insiste em uma classificação hierarquizada, com isso cria barreiras impeditivas à evolução até o topo da carreira e consolida ainda a distorção imposta anteriormente, que implica em acentuada aceleração do crescimento remuneratório na progressão de professor adjunto 4/ DIII4 para associado/DIV, com diferenças remuneratórias superior ao valor de qualquer passagem entre classes anteriores.

### DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

**ANDES-SN:** Todo o professor pode chegar ao topo da carreira. O desenvolvimento nesta deve ocorrer pela incidência equilibrada entre a experiência acadêmica, a formação continuada e a avaliação do trabalho docente no contexto da avaliação institucional, respeitada a autonomia universitária para definição de critérios.

**Governo:** Mantém interstício de 24 meses e avaliação de desempenho para progressão de níveis. Condiciona, no MS, a ascensão para a classe de associado à obtenção do título de doutor e para titular, além do doutorado, lograr aprovação de Memorial ou Tese inédita. Já para o Ebt, a exigência de titulação aparece na progressão para a classe DIV, 24 meses no último nível da classe anterior, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e possuir título de mestre ou doutor. A aceleração da promoção após o estágio probatório será feita para: assistente I com o título de mestre; adjunto I com o título de doutor; DII com o título de especialista; e para DIII com títulos de mestre ou doutor.

Os critérios para avaliação de desempenho e diretrizes estabelecidas pelo MEC e normatizadas pelo Colegiado Superior das IFE serão definidos em GT.

**Crítica:** Remete a definição dos critérios de progressão e promoção para o futuro, naquilo que chama de diretrizes a serem definidas pelo MEC. Nesta definição de critérios, os

obstáculos e defeitos podem ser novamente retomados ou até ampliados como aconteceu no ano passado em relação à EBTT, na minuta de regulamentação do artigo 120, da Lei 11.784/2008. Neste mesmo sentido, o recuo em relação à pretensão de mudar o número mínimo de horas aula não significa a desistência de impor limite maior na futura regulamentação.

### INGRESSO NA CARREIRA

**ANDES-SN:** Ingresso no início, em carreira não hierarquizada por classes e com piso salarial atrativo, independentemente da titulação.

**Governo:** Ingresso no nível 1 de professor auxiliar no MS e no nível 1 do professor DI na EBTT, independentemente da titulação, em uma carreira hierarquizada verticalmente por classes. Previsão de ingresso por concurso público também na nova configuração do cargo de professor titular isolado.

**Crítica:** O governo insiste na manutenção de carreiras hierarquizadas verticalmente em classes, no caso do MS referidas por denominações classificatórias e no caso da EBTT por letras e números, que tornam incoerente o enquadramento em professor auxiliar ou professor DI de todos os ingressantes, independentemente da titulação e do papel que exercem na instituição. É preciso atentar que atualmente o padrão remuneratório do ingressante típico nas universidades, o jovem doutor, é referente ao de professor adjunto 1 com doutorado. Com a alteração da proposta, mantida a hierarquização, esse docente passará a entrar como professor auxiliar, a quem é atribuída remuneração de início de carreira.

### REGIME DE TRABALHO

**ANDES-SN:** Regime preferencial de Dedicção Exclusiva, regime de tempo parcial em 20h e, excepcionalmente mediante aprovação no colegiado superior, regime de 40h para áreas com características específicas. No regime de dedicação exclusiva há impedimento do exercício de outra atividade remunerada pública ou privada, com exceção de participação em comissões julgadoras, direitos autorais, e colaboração esporádica em assuntos de sua especialidade, desde que autorizadas pela instituição de acordo com normas aprovadas pelo órgão colegiado superior

**Governo:** A proposta do governo mantém os três regimes de trabalho, DE, 20h e, excepcionalmente 40h.

**Crítica:** Apesar de não oficializar textualmente, diz que a previsão/regulamentação, no regime de DE, de percepção de Retribuição por Projetos Institucionais e Gratificação por Atividade de Preceptoría poderão ser tratados em GT. Ao tentar generalizar a percepção por projetos, inclusive de caráter permanente, sob uma pretensa regulamentação geral de caráter nacional, o governo estará descaracterizando a dedicação exclusiva como regime de trabalho e legitimando a privatização por dentro, a título de empresariamento do trabalho docente via fundações privadas ditas de apoio e interferência empresarial direta a título de parcerias público/privadas.

## **o ANDES-SN e do Governo**

### **REENQUADRAMENTO**

**ANDES-SN:** Reenquadramento na posição relativa ao topo, para ativos e aposentados, considerando para os aposentados esta relação na situação existente quando do ato da aposentadoria, além de considerar o período em que porventura o docente ficou retido em nível ou classe e outras vantagens previstas em lei.

**GOVERNO:** Prevê reposicionamento para professores associados com titulação de doutor por critérios de tempo de doutorado e de efetivo exercício acima de 17 anos. Prevê o posicionamento dos aposentados na tabela remuneratória referenciado à situação em que se encontrava na data da aposentadoria observada a tabela de correlação. Nessa tabela, a correlação é feita pela nomenclatura das classes e níveis, aglutinados em dois níveis nas duas classes iniciais. A demanda de reenquadramento de aposentados é remetida para GT.

**Crítica:** A proposta do governo tenta consolidar a retirada de direitos, especialmente aqueles ocorridos quando da criação da classe de professor associado. Os critérios de reposicionamento não beneficiarão qualquer docente em atividade, nem apontam solução para o reenquadramento dos que já estão aposentados.

### **COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA**

**ANDES-SN:** Remuneração estruturada a partir de conceitos definidos em Lei, inclusive a relação percentual constante entre "steps" (5%), regimes de trabalho (100% 40h e 210% DE) e titulação (13% Especialização, 35% Mestrado, 55% Doutorado). A remuneração deve representar uma linha só no contracheque, de forma que a amplitude entre salário inicial e final para cada regime de trabalho tenha amplitude entre três vezes e três vezes e meia. Piso inicial da carreira para 20h equivalente ao salário mínimo do Dieese.

**Governo:** Em sua proposta, o governo apenas cria as figuras na Lei - Vencimento Básico (VB) e a Retribuição por Titulação (RT) -, remetendo para a tabela anexa, na qual aparecem na forma de valores nominais sem qualquer equação lógica, nem para a relação de regime de trabalho. As correções salariais propostas pelo governo serão parceladas em três anos, pagos no mês de março.

**Crítica:** Os valores nominais na tabela apresentada apontam a tentativa de consolidar a profunda desestruturação remuneratória que foi imposta no último período aos docentes. A tabela não mantém relação proporcional entre regimes de trabalho, resultando em que cada docente receba percentual diferente pelo regime Dedicção Exclusiva. Além disso, talvez venha a ser a única carreira no serviço público federal na qual a remuneração do regime de 40h não será o dobro da remuneração do regime de 20h. Não há relação proporcional quanto à valorização da titulação e muito menos consistência de "steps" na evolução entre níveis

e classes.

Nos documentos entregues, e no discurso, o governo artificializa as referências comparativas em valores nominais, distanciados no tempo, de maneira a camuflar a corrosão inflacionária, e assim a perda real do valor dos salários dos professores, por traz de índices manipulados;

Em relação à composição salarial, a proposta do governo representa um retrocesso na relação VB com RT. Tomando por referência o professor titular com doutorado a remuneração passaria a ser composta por apenas 38% de Vencimento Básico e o todo o restante por Retribuição por Titulação. Assim, a parcela estrutural do salário, efetivo patrimônio do professor, fica reduzida a pouco mais de um terço, enquanto os outros dois terços relegados a uma gratificação em valores nominais, expostos a perdas futuras, inclusive em relação à aposentadoria.

Tomando como referência o ICV medido pelo DIEESE e uma projeção futura com base na média dos últimos 30 meses, a desvalorização entre julho de 2010 e março de 2015 é de 35,55%. Portanto, mesmo com a reformulação nos percentuais de reajuste, a maioria dos docentes terão valor real reduzido nos seus salários em 2015.

### **VALORIZAÇÃO SALARIAL DE TODA A CATEGORIA**

**ANDES-SN:** Recupera o patamar salarial do conjunto da categoria, sem discriminações internas entre segmentos, nem entre ativos e aposentados, valorizando o piso e a sua repercussão sobre toda a malha de forma sustentada, para que se efetive aumento salarial consistente.

**Governo:** Em vez de apresentar uma proposta que estruture direitos, o governo coloca valores nominais de VB e RT, a serem concedidos de forma parcelada, no período de três anos, omitindo a corrosão inflacionária. Tais valores são distribuídos na tabela sem uma equação que explique a relação entre eles e a relação com os valores atualmente em vigor, acentuando o crescimento desproporcional acima do nível de adjunto 4/DIII4.

**Crítica:** Mais uma vez a proposta do governo busca constituir discurso propagandístico de que está dando aumento, especialmente no teto para tentar minimizar a defasagem comparativa com o teto de outras categorias do serviço público federal, porém economizando ao máximo no montante global de transferência de recursos para o bolso dos professores, em especial com os professores que estão abaixo do nível de adjuntos 4, que são particularmente os novos e os aposentados, praticando, neste caso, uma mini-reforma previdenciária camuflada, específica para os professores que ficam expostos a corrosão inflacionária sem poder ascender na carreira (a imensa maioria ficou retida na classe de professor adjunto 4 e, aposentados em outros tempos, com ou sem o título de doutor).

### Proposta joga para os GT pontos conflitantes nas negociações

**N**a reformulação apresentada, o governo remete para grupos de trabalhos diversos pontos que foram criticados na primeira proposta, de 13/7. Propõe que os docentes praticamente assinem um cheque em branco ao aceitar que tais questões sejam discutidas após a assinatura de acordo, sem nenhuma garantia de que o resultado final dos GT não venha a ser pior do que o quadro atual.

A experiência recente dos dois últimos grupos de trabalho é de que

o instrumento não funciona e não tem a mínima credibilidade junto à categoria. O grupo instituído em 2008 para a regulamentação da carreira de Ebt até hoje não produziu resultados, assim como o GT constituído, após a assinatura do acordo emergencial de 2011, com prazo para a conclusão dos trabalhos acerca da reestruturação da carreira docente até o final de março.

Ao propor tais grupos, o governo deixa evidente a agressão à autonomia das Instituições e o seu esforço em retirar os pontos

polêmicos da mesa de negociações durante a greve, chamando a si, no futuro, a discricionariedade para tomar as decisões. Questões conceituais importantes, estruturantes da carreira e dos direitos dos docentes seriam debatidas em grupos sem nenhum poder deliberativo.

Vale destacar que a proposta desta terça (24), condiciona a participação nos GT apenas às entidades que firmarem acordo com o governo. Ou seja, denota claramente coerção para assinatura do acordo.

#### Veja os assuntos que o governo pretende tratar em grupos de trabalho

1. Diretrizes para a avaliação de desempenho para fins de progressão.
2. Critérios para promoção as classes das Carreiras de Professor Federal.
3. Critérios para promoção de professor titular a serem estabelecidos em regulamento.
4. Avaliação da demanda de reenquadramento dos professores da classe associado (aposentado).
5. Critérios para Certificação de Conhecimento Tecnológico.
6. Critérios de transição para os atuais professores titulares.
7. Programa de capacitação.
8. Critérios para fixação do professor em locais de difícil lotação.
9. Critérios para concessão do auxílio transporte.



## A GREVE É FORTE! A LUTA É AGORA!

### 2.2 Atividade de greve

Massificar o envio de e-mails - "Chuva de emails" - à Presidenta da República Dilma Rousseff pelo atendimento das reivindicações dos professores.

Sugestão de texto:

"Presidenta Dilma,

A greve dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFE) prolonga-se sem que o governo apresente proposta que atenda as reivindicações dos docentes – recomposição salarial, carreira e melhores condições de trabalho. Sabemos que a educação pública, gratuita e de qualidade deve ser prioridade do governo e lastro de uma nação o que é impossível sem a valorização do trabalho docente e das IFE.

Por isso, exigimos sua ação imediata para o atendimento das reivindicações dos professores."

Enviar para: Gabinete Pessoal da Presidenta da República  
nacional.imprensa@planalto.gov.br

Com copia oculta (CCO) para: atendedilma@yahoo.com.br

### 2.2 Listas de Presença

#### 2.2.1 Lista de Presença do Dia 23/07/2012

**Diretoria:** Marinalva Silva Oliveira, Luiz Schuch, Marcio Antonio de Oliveira, Almir Menezes, Josevaldo Cunha, Mauricio Alves, Paulo Rizzo, Rondon de Castro.

**Delegados:** Ailton Paula Souza (ADUFS), Gilberto Francisco Alves de Melo (ADUFAC), Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR), Benedito Gomes Santos Filho (ADUFRA), Wanderley Padilha (SINDUFPA-MAB-SSIND), Claudia Alves Durans (APRUMA), Daniel Arruda Nascimento (ADUFPI), Marcela Amaral (ADUFERSA), Pablo Andrada (ADUFPB), Antonio Lisboa (ADUFCG), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Dirlene Marques (CLG-UFMG), Érika Suruagy (ADUFERPE), Ailton Paula Souza (ADUFS), Joaquina (UFBA), Adriana de Fátima Barbosa Araújo (ADUnB), Eduardo Henrique Rosa Santos (ADUFG), Luiz Carlos Batista (ADUFMS), Gilberto Alexandre Goulart (ADUFMAT), Bráulio Chaves (SINDCEFET-MG), Tiago Soares Alves (ADUFU), Joacir Melo (APESJF), Marcia Fontes Almeida (ASPUV), Amanda Castro Oliveira (ADUFLA), Alex Fabiani Torres (CLG- UFMG), Edineia de Oliveira (ADUFOP), Marco Escher (ADFUNREI), Francisco de Carvalho (ADUFES), Sara Granemann (ADUFRJ), Jadir Brito (ADUNI-RIO), Washington da Costa (ADCEFET-RJ), Graciela Garcia (ADUR-RJ), Claudia March (ADUFF), Denilson Cordeiro (ADUNIFESP), Mauro Tilton (UFSC), Milena Martinez (APUFPR), Billy Graef (APROFURG), Samanta Madruga (ADUFPel), Abel Panerai Lopes (SEDUFMS), Gilson Lameira (ADUFABC).

**Observadores:** Marília Gabriela (ADUFPB), Luciana Vieira (ADUFCG), Daniela Ferreira (ADUFEPE), Joaquina (APUB), Rodrigo Dantas (ADUnB), Augusto César Ribeiro Figueiredo (ADUFCG), Tatiana Leal Barros (SINDCEFET\_MG), Paulo de Andrade (ADUFU), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Amanda Chaves Pinheiro (APESJF), Renata Rena Rodrigues (ASPUV), Wagner Curi Filho (ADUFOP), José Miguel Saldanha (ADUFRG), Sonia Lucio e Waldyr Lins (ADUFF), Graciela Garcia (ADUR-RJ), Marian Dias (ADUNIFESP), Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR).

#### 2.2.2 Lista de Presença do Dia 25/07/2012

**Diretoria:** Marinalva Silva Oliveira, Luiz Henrique Schuch, Marcio Antonio de Oliveira, Almir Serra Martins Meneses Filho, Josevaldo Cunha, Elizabeth Carla Barbosa, Rondon Martin Souza de Castro e Maurício Alves da Silva. **Delegados:** Gilberto

Francisco Alves de Melo (ADUFAC), Luiz Carlos Martins de Souza (ADUA), Rosimê Meguins (ADUFPA), Benedito Gomes Santos Filho (ADUFRA), Wanderley Padilha (SINDUFPA-MAB-SSIND), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Marcela Carvalho M. Amaral (ADUFERSA), Pablo Andrada (ADUFPB), Antônio Lisboa Leitão de Souza (ADUFCEG), Daniela Maria Ferreira (ADUFEPE), Erika Suruagy Assis de Figueiredo (ADUFERPE), Arthur Costa Falcão Tavares (ADUFAL), Airton Paula Souza (ADUFS), Joaquina Lacerda Leite (APUB), Herbert Toledo Martin (APUR – Seção Sindical), Adriana de Fátima Barbosa Araújo (ADUnB), Eduardo Henrique Rosa Santos (CLG-ADUFG), Gilberto Alexandre Soares Goulart (ADUFMAT), Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG), Tiago Soares Alves (ADUFU), Amanda Chaves Pinheiro (APESJF), Geraldo Adriano Emery Pereira (ASPUV), Amanda Castro Oliveira (ADUFLA), Wagner Ragi Curi Filho (ADUFOP), Sandra Boari Silva Rocha (ADFUNREI), Josemar Machado de Oliveira (ADUFES), Sara Granemann (ADUFRJ), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Washington da Costa (ADCEFET-RJ), Claudia March Frota de Souza (ADUFF), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ), Denílson Soares Cordeiro (ADUNIFESP), Gilson Landeira de Lima (ADUFABC-Seção Sindical), Mauro Tilton (UFSC-Seção Sindical), Milena Martins Costa Martinez (APUFPR), Ivo Pereira de Queiroz (SINDUTF-PR), Juca Gil (UFRGS-Seção Sindical), Billy Graeff (APROFURG), Samanta Winck Madruga (ADUFPel) e Abel Panerai Lopes (SEDUFMS). **Observadores:** Marília Gabriela dos Santos Cavalcanti (ADUFPB), Lucianna da Gama Fernandes Vieira (ADUFCEG), Liliâne Maria Macedo Machado (ADUnB), Augusto César Ribeiro Figueiredo (CLG – ADUFG), Irenilda Angela Santos (ADFMAT), Luiz Carlos Batista (ADUFMS), Trícia Zapula Rodrigues (SINDCEFET-MG), Ana Lúcia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG), Paulo César Peres de Andrade (ADUFU), Waldir Lins de Castro (ADUFF), Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF), Ana Cristina Santos (ADUR-RJ), Joecildo Rocha (ADUR-RJ), Marian Ávila de Lima Dias (ADUNIFESP) e Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR).

### 2.2.3 Lista de Presença do Dia 26/07/2012.

**Diretoria:** Marina Barbosa Pinto, Almir Serra Martins Meneses Filho, Elizabeth Carla Barbosa, Rondon Martin Souza de Castro, Josevaldo Cunha e Maurício Alves da Silva.

**Delegados:** Gilberto Francisco Alves de Melo (ADUFAC), Luiz Carlos Martins de Souza (ADUA), Carlos Vicente Joaquim (SEDUF-RR), Rosimê Meguins (ADUFPA), Raimundo Wanderley Correa Padilha (SINDUFPA-MAB-SSIND), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Janayna Arruda Barroso (ADUFPI), Pablo Andrada (ADUFPB), Lucianna da Gama Fernandes Vieira (ADUFCEG), Erika Suruagy Assis de Figueiredo (ADUFERPE), Airton Paula Souza (ADUFS), Joaquina Lacerda Leite (APUB), Gilberto Alexandre Soares Goulart (ADUFMAT), Ana Lúcia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG), Tiago Soares Alves (ADUFU), Amanda Chaves Pinheiro (APESJF), Geraldo Adriano Emery Pereira (ASPUV), Wagner Ragi Curi Filho (ADUFOP), Sandra Boari Silva Rocha (ADFUNREI), Josemar Machado de Oliveira (ADUFES), Sara Granemann (ADUFRJ), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF), Ana Cristina dos Santos (ADUR-RJ), Denílson Soares Cordeiro (ADUNIFESP), Mauro Tilton (UFSC-Seção Sindical), Milena Martins Costa Martinez (APUFPR), Ivo Pereira de Queiroz (SINDUTF-PR), Juca Gil (UFRGS-Seção Sindical), Billy Graeff Bastos (APROFURG), Samanta Winck Madruga (ADUFPel) e Abel Panerai Lopes (SEDUFMS). **Observadores:** Marília Gabriela dos Santos Cavalcanti (ADUFPB), Luiz Carlos Batista (ADUFMS), Irenilda Angela Santos (ADFMAT), Trícia Zapula Rodrigues (SINDCEFET-MG), Paulo César Peres de Andrade (ADUFU), Joecildo Rocha (ADUR-





## **Comando Nacional de Greve**

RJ), Marian Ávila de Lima Dias (ADUNIFESP), Claudio Antonio Tonegutti (APUFPR) e Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR).

### **Lista de Presença do Dia 27/07/2012**

**Diretoria:** Marinalva Silva Oliveira, Marina Barbosa Pinto, Almir Serra Martins Meneses Filho, Elizabeth Carla Barbosa e Rondon Martin Souza de Castro.

**Delegados:** Gilberto Francisco Alves de Melo (ADUFAC), Luiz Carlos Martins de Souza (ADUA), Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR), Rosimê Meguins (ADUFPA), Raimundo Wanderley Correa Padilha (SINDUFPA-MAB-SSIND), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Janayna Arruda Barroso (ADUFPI), Marcela Amaral (ADUFERSA), Pablo Andrada (ADUFPB), Lucianna da Gama Fernandes Vieira (ADUFCG), Juliana F. C. de Albuquerque (ADUFEPE), Erika Suruagy Assis de Figueiredo (ADUFERPE), Airton Paula Souza (ADUFS), Gilberto Alexandre Soares Goulart (ADUFMAT), Ana Lúcia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG), Jorgetania da Silva Ferreira (ADUFU), Amanda Chaves Pinheiro (APESJF), Geraldo Adriano Emery Pereira (ASPUV), Wagner Ragi Curi Filho (ADUFOP), Sandra Boari Silva Rocha (ADFUNREI), Josemar Machado de Oliveira (ADUFES), Sara Granemann (ADUFRJ), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Ana Cristina dos Santos (ADUR-RJ), Cláudio Antônio Tonegutti (APUFPR), Ivo Pereira de Queiroz (SINDUTF-PR), Fernando Rosa do Nascimento (UFRGS-SS), Samanta Winck Madruga (ADUFPel) e Abel Panerai Lopes (SEDUFMS). **Observadores:** Marília Gabriela dos Santos Cavalcanti (ADUFPB), Irenilda Angela Santos (ADFMAT), Trícia Zapula Rodrigues (SINDCEFET-MG), Joecildo Rocha (ADUR-RJ), Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR), Daniela Stavenin Hoffmann (ADUFPel) e Paulo César Peres de Andrade (ADUFU).

## **2. Moções de Apoio**

### **2.1 Moção de Apoio da AFUTU**



Montevideo, 27 de julio de 2012

LA ASOCIACIÓN DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DEL TRABAJO DEL URUGUAY (AFUTU) LES QUIERE HACER LLEGAR A LOS COMPAÑEROS DE FASUBRA, ANDES-SN, Y SINASEFE, LAMAS PROFUNDA SOLIDARIDAD DE TODOS LOS TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN TÉCNICA DEL URUGUAY CON LA HUELGA JUSTA QUE ESTÁN DESARROLLANDO.

LA LUCHA POR LA VALORIZACIÓN DE LA TAREA DE LOS TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN, ES UNO DE LOS EJES PARA LA SUPERACIÓN DE LOS GRAVES PROBLEMAS QUE COMPARTEN NUESTROS SISTEMAS EDUCATIVOS FRENTE A LAS NECESIDADES POPULARES. PROBLEMAS DEMOCRÁTICOS, Y DISCRIMINATORIOS, DE FALTA DE FORMACIÓN CRÍTICA, DE PREDOMINANCIA DE CRITERIOS VENIDOS DEL MERCADO.

ESTOS PROBLEMAS CONVERGEN CON LOS NECESARIOS CAMBIOS DE RUMBO EN LAS POLÍTICAS ECONÓMICAS PARA PRIORIZAR LAS NECESIDADES DE LOS PUEBLOS, CONTRA LA ACTUAL PREPONDERANCIA DE LOS INTERESES DE LOS GRANDES CAPITALES.

LES SALUDAMOS FRATERNALMENTE

SECRETARIADO DE AFUTU